

A última ponte entre Brasília e a ditadura

Monumentos da capital que receberam o nome de militares durante os anos de chumbo foram rebatizados com a volta do regime democrático. Estrutura localizada no Lago Sul é a única que resiste, apesar de queixas de brasilienses

» ARIADNE SAKKIS

26 AGO 2012

Durante 21 anos, o Brasil viveu sob um regime ditatorial. À época do golpe que depôs João Goulart da Presidência, em 1964, Brasília já era capital do país. Ao longo de duas décadas de repressão aos opositores e de suspensão dos direitos individuais, os nomes dos homens que lideraram o período mais controverso da história recente brasileira proliferaram em ruas, escolas, praças e em outras instituições de norte a sul. Com o processo de redemocratização, iniciado em 1985, Brasília tratou de desbatizar os lugares que homenageavam militares. Mas um deles foi esquecido.

A Ponte Costa e Silva é o último lembrete dos anos de chumbo na capital brasileira. Desde 6 de fevereiro de 1976, a beleza de ponte projetada por Oscar Niemeyer leva o nome do marechal e ex-presidente Arthur da Costa e Silva, em cujo governo recrudesceram a opressão e a censura do regime. Em duas tentativas silenciosas, em 1999 e 2003, projetos de lei tentaram renomear o monumento. Em vão. Da parte do Executivo local, nenhuma iniciativa tratou ou trata do assunto.

Até 11 de julho passado, dia em que a placa de identificação da ponte trocou a deferência ao militar por uma homenagem ao samba. Saiu Costa e Silva, entrou Bezerra da Silva. A intervenção é de autoria do Coletivo Transverso. Durou pouco e rapidamente foi reparada pelas autoridades. "Aquele nome está ali e ninguém presta mais atenção para o que significa. Nossa intenção foi justamente provocar essa reflexão", explica Cauê Maia, 27 anos, responsável pela ação. A intenção do artista é que a memória dos dias obscuros do governo do marechal Costa e Silva não sejam esquecidos. O Ato Institucional nº 5, que suspendeu direitos civis constitucionais e reforçou os poderes do Estado no combate a movimentações políticas contestatórias, foi editado justamente nesse período.

AI-5

Para Brasília, no entanto, mais emblemático do que o AI-5 é o fato de Costa e Silva ter sido um dos pivôs da cassação de Juscelino Kubitschek, em 1964. O marechal era o ministro da Defesa do presidente Humberto Castello Branco e articulou a saída forçada da cena política do idealizador da capital (Leia Para saber mais). Nem isso impediu o batismo da ponte, inaugurada durante o mandato de Ernesto Geisel, quando Costa e Silva já estava morto.

Para o historiador Edson Beú, especialista na história de

Luiz Filipe Barcelos/Divulgação - 9/7/12



Em 11 de julho deste ano, o Coletivo Transverso promoveu uma intervenção bem-humorada na placa que identifica a Ponte Costa e Silva: protesto em homenagem ao samba

» Para saber mais

Inimigo nº 1 de JK

Costa e Silva teve influência direta nas articulações que levaram à suspensão dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek, então senador. Em 26 de maio de 1964, Castello Branco e Costa e Silva, então ministro da Guerra, regressaram juntos de São Paulo. Já no carro, ele disse ao chefe do Executivo: "Como é, presidente, você cassa ou não cassa Kubitschek?" Mais tarde, no avião, o presidente respondeu: "Lembro a você que, como ministro, tem a competência de propor isso. Se acha que Kubitschek deve ser cassado, represente contra ele". Costa e Silva disse apenas: "Tudo bem. Vou fazer isso". É o que relata Cláudio Bojunta, em JK, o artista do impossível, biografia de quase 800 páginas, da Editora Objetiva.

Contra o homem que construiu Brasília, o então ministro produziu um documento que apontava a responsabilidade do ex-presidente pelo "disparo do canhão da inflação" e pedia a suspensão de seu mandato. Às 19h45 da segunda-feira 8 de junho de 1964, o secretário de Imprensa da Presidência, José Vamberto, entregou aos jornalistas nota curta informando

Arquivo/CB/D.A Press



que estavam cassados os direitos políticos de JK. O decreto suspendia a vida pública de JK por 10 anos e era assinado por duas pessoas: o marechal Castello Branco e o então ministro da Justiça, Milton Soares Campos.

Em 13 de junho, Juscelino

embarcou para Madri, iniciando um exílio que duraria 976 dias. Ele viveu em Paris, em Lisboa e em Nova York. Voltou ao Brasil em abril de 1967 e, tão logo desembarcou no Rio de Janeiro, avisou que somente morto deixaria o país novamente.

Brasília, refletir é fundamental, mas mais importante ainda é corrigir as distorções deixadas pelo passado. Não se trata de apagar a história, argumenta ele. "É mais pertinente corrigir esse abuso, porque continua sendo um abuso. A iniciativa de colocar nome de um militar numa ponte é uma tentativa de autoafirmação de um governo. É mais um ato de poder autoritário", avalia. O especialista afirma ainda que a organização da sociedade para promover a mudança do nome do monumento também é um fato histórico.

Alexandre Mourão, outro integrante de um coletivo intervencionista urbano, o Aparecidos Políticos, sediado em Fortaleza (CE), concorda com Cauê Maia sobre o impacto dos questionamentos. No Ceará, os nomes de militares ainda estampam endereços e instituições — especialmente o de Castello Branco, natural do estado. "Antes dessas ações, ninguém falava sobre o assunto. Às vezes, nem é preciso mudar o nome de um lugar, basta deixar claro o que representa. É preciso explicar que aquele local público tem o nome de uma pessoa que fez mal à sociedade", defende.

Garças

Quando o Brasil retomou o rumo da democracia, a capital federal retirou progressivamente os nomes polêmicos de instituições e de monumentos. O sobrenome

do terceiro presidente na linha sucessória da ditadura, Emílio Médici, sumiu do Hospital Universitário de Brasília (HUB) e do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação do DF (Defer). A via que liga a Asa Sul ao Gilberto Salomão, hoje conhecida como Ponte das Garças, um dia foi Ponte Presidente Médici, em homenagem ao ex-presidente, mantido no poder entre 1969 e 1974. A estrutura foi erguida às pressas, no fim de 1973, por conta dos problemas na construção da Costa e Silva.

Com o avanço da abertura política, o Decreto nº 12.053, de 14 de dezembro de 1989, publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal*, renomeou a via para Ponte das Garças, inspirado na constante presença dessas aves no local. Mas a renovação das placas acabou resgatando a memória do ex-presidente. O imbróglgio só se desfez em 2005, quando uma moradora do Lago Sul enviou uma correspondência à Administração Regional do bairro pedindo que o preceito da lei fosse respeitado e a identificação, corrigida.

www.correiobraziliense.com.br



Enquete

Você é a favor da mudança no nome da ponte? Dê a sua opinião no site do Correio.